



Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

NOTA DE IMPRENSA

Decorreu no passado dia 31 de Janeiro de 2008, na Escola Superior Agrária de Santarém, uma reunião de trabalho promovida pela **ANEFA** com o intuito de analisar as condições em que se encontra o Sector Florestal Nacional.

Com uma ocupação de 38% do território nacional, a floresta gera no seu conjunto aproximadamente 3% do valor acrescentado bruto, abrangendo mais de 400.000 proprietários e 160.000 trabalhadores nos diversos agentes da fileira.

Muito embora seja de conhecimento público a sua enorme importância ambiental, económica e social, a floresta portuguesa não tem sido considerada como prioridade nacional, o que levou a uma preocupação acrescida por parte das empresas prestadoras de serviços ao sector, em alertar para a questão da **sustentabilidade florestal** do país.

Neste encontro, foram levantadas questões como a taxa de corte *versus* taxa de arborização, principal responsável pela escassez de matéria-prima, a *subsídio-dependência* resultante da falta de capacidade de investimento dos produtores florestais e o atraso na regulamentação do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), que em muito contribuem para que o sector se depare com uma **crise eminente** e permaneça estático à praticamente ano e meio.

A ANEFA acredita que esta instabilidade não é gratuita. Como se pode garantir a evolução e sucesso no sector, se o principal financiamento que a floresta acarreta não está a ser para esta direccionado? Segundo o decreto-lei nº63/2004 foi criado junto do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (ex-IFADAP) o **Fundo Florestal Permanente**. Destinado a apoiar a gestão florestal sustentável, este fundo financeiro gera, através de um imposto aplicado aos combustíveis rodoviários, cerca de **30 milhões de euros/ano**. Se as carências que o sector apresenta são de conhecimento nacional, é impossível aceitar que esse dinheiro seja apenas dirigido a estruturas organizativas ligadas à produção, instrumentos de planeamento ou acções de limpeza de áreas situadas junto a estradas e caminhos, penalizando a essência do mesmo, isto é, a recuperação do nosso património florestal. Pergunta-se aliás onde foram gastos os 60 milhões de euros respeitantes aos dois primeiros anos de existência do Fundo Florestal Permanente.

Como base de análise, deverá considerar-se que a aplicação de 30 milhões de euros para arborização representaria a criação de mais de **2000 postos de trabalho permanentes por ano**, a plantação de aproximadamente **24 milhões de plantas**, a **florestação de 15.000 hectares por ano** e ao nível das receitas para o Estado cerca de **7,5 milhões de euros de contribuição para a Segurança Social**.

Não conformada com esta inércia, a **ANEFA** vai avançar com o estudo de uma **proposta objectiva** que irá apresentar ao Governo, no sentido de aplicar este dinheiro no **investimento directo à floresta**, nomeadamente na florestação e manutenção desses mesmos espaços.

Face a tamanho desinteresse por parte do Estado no nosso Sector Florestal, para além da época de fogos, e perante a necessidade urgente de mobilizar esforços que permitam responder a todas as solicitações que as nossas empresas têm tido, quer a nível nacional quer a nível internacional, a ANEFA decidiu avançar a curto prazo com a criação do **Fórum de Produtos Florestais**, que constituirá uma entidade física com o intuito de promover as empresas do sector, os seus serviços e os seus produtos, quer a nível nacional quer a nível internacional. Será assim possível a qualquer produtor presente em qualquer parte do mundo recorrer aos serviços das nossas empresas – desde os viveiristas à exploração florestal, com a garantia de estar a trabalhar com empresas especializadas e tecnicamente competentes para o fazer.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 2008